

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DANÇA**

***Gilsamara Moura Robert Pires***

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Políticas públicas, dança, comunicação.

Quando operam no campo da cultura, os processos de comunicação demandam uma leitura política da sua atuação. Ações culturais promovem formas de comunicação entre as várias populações que compõem uma cidade, entre uma cidade e seu entorno, modificam a cidade, modificam o entorno e modificam a relação entre ambos. A natureza dessas ações é que traça o perfil daquilo que comunicam, daí a importância de cada uma delas. Justamente por isso, torna-se indispensável aprender a identificar o vínculo que cada ação cultural estabelece com a sociedade na qual opera.

A Escola Municipal de Dança Iracema Nogueira e o Festival de Dança de Araraquara, nascidos a partir de entendimentos distintos dos até então hegemônicos na cidade, surgiram como atos de resistência ao que o conceito de ‘dança’, até então, comunicava em Araraquara-SP. Ao substituir os campeonatos ou concursos entre escolas particulares de dança por formas colaborativas entre profissionais da área, o Festival de Dança de Araraquara desarticulou a comunicação com outras cidades onde funcionam estes festivais competitivos e inscreveu Araraquara em outro circuito, o dos festivais profissionais e não-competitivos. Evidentemente, essa ação feriu os interesses locais que uniam as escolas privadas de dança. A inauguração da Escola Municipal de Dança Iracema Nogueira, pautada por uma proposta de currículo inteiramente distinta do modelo praticado pelas escolas da cidade, abriu outra fissura na hegemonia, tornando o ambiente da dança em Araraquara mais plural e complexo.

A implantação dos dois projetos suscitou resistência, mas também promoveu novos vínculos entre a dança local e a dança brasileira. Para pesquisar os processos de comunicação que operaram tal transformação, aqui se empregou a bibliografia das teorias da comunicação de viés político (SODRÉ), lidas à luz de NEGRI & HARDT, BAUMAN e VIRNO. O objetivo é o de contribuir com o avanço das discussões a respeito do binômio comunicação-cultura dentro de uma perspectiva política.

Política cultural apresenta-se, comumente, como um conjunto de iniciativas tomadas por gestores ou agentes com o objetivo de fomentar a produção, promover e difundir a cultura e seus usos, assim como, organizar estruturas culturais.

[...] a **política cultural** é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer **as**

**necessidades culturais** da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (COELHO, 2005: 293, grifo do autor)

No Dicionário Crítico de Política Cultural, COELHO (1997: 293) apresenta o conceito de política cultural sob a égide de uma *ciência da organização das estruturas culturais* definido no campo das ciências humanas.

Antes, porém, é importante ressaltar o entendimento de política cultural como uma rede de conexões estruturadas, porém flexíveis e maleáveis, que emergem, se auto-organizam, se auto-geram e, também, são geridas ou impostas, dentro da malha complexa da cultura com fios, ora propositivos, ora intervencionistas, ora democráticos, ora autoritários.

Não raro, associa-se política cultural à política social, definida como “o conjunto de intervenções dos diversos agentes no campo cultural com o objetivo de obter um consenso de apoio para a manutenção de um certo tipo de ordem política e social ou para uma iniciativa de transformação social” (1997: 293-294), no entanto esta associação pode se tornar um erro se considerada como premissa de existência.

COELHO elucida, de forma criteriosa, os meandros que envolvem o termo política cultural apresentando finalidades a ele intrínsecas como: difusão cultural, orientações das políticas culturais, seus circuitos de intervenção e seus modos ideológicos, todos imbricados na rede de conexões complexas apresentadas anteriormente.

Os paradigmas legitimadores para estas políticas culturais, levantados por COELHO, recentemente rearranjados ideológica e economicamente, por conta do advento da globalização, facilitam, como um atalho, a compreensão de seus processos e derivações. São eles:

- 1- “As políticas como derivadas de uma **lógica do bem-estar social**”, ou seja, sem política cultural a sociedade torna-se deficitária;
- 2- As políticas culturais na “**procura de um sentido** orientador da dinâmica social”, ou seja, uma busca de identidade(s);
- 3- As políticas direcionadas à obtenção de “um **enquadramento ideológico** indispensável” para atingir seus objetivos;
- 4- “A necessidade de uma **prática comunicacional** entre Estado e seus cidadãos”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> (COELHO, 1999, p. 294-295, grifo do autor)

A articulação, ou não, segundo o autor, de tais paradigmas de legitimação de políticas culturais, opera num campo que oscila entre mais e menos ideologizado, dependendo dos objetivos traçados entre governo e governados.

Vê-se aqui que o tecido social analisado pode ser considerado premissa básica para a instalação ou desenvolvimento de programa de política cultural, como também pode tornar-se foco de atuação de políticas que desejam intervir para transformar uma determinada situação social.

Néstor García Canclini aponta para estudos recentes que tendem definir políticas culturais como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários. Canclini adverte, porém, que esta definição carece ser ampliada levando-se em conta o transnacionalismo presente nos processos simbólicos e materiais atuais.

As propostas sugeridas pelo governo municipal de Araraquara, na ocasião da implantação do Projeto de Políticas Públicas para Dança estreitamente em conexão com a idéia de aproveitamento da diversidade é fundamental para os gestores para que não se aventurem em terrenos repletos de clichês equivocados como beneficiar a população de crianças carentes, promover a inclusão social, levar cultura a bairros pobres de arte, etc.

Quando se implantou a primeira Oficina Cultural, no bairro Vale do Sol, intitulada Rithmus, crianças e jovens se inscreveram, a princípio, pela curiosidade e depois porque esta oficina experimental, que tinha em seu cerne o respeito pela diferença cultural, possibilitou a abertura de um espaço de manifestação cultural ligada à música e à dança, até então inexistente. Alunos tiveram a oportunidade de experimentar uma linguagem artística completamente desconhecida, como o sapateado, e este processo atraiu familiares e amigos num processo comunitário até então não vivido por esta população.

Pensar uma maneira solidária para o desenvolvimento da Cultura e pautar as ações através da concepção de que a gestão cultural deve promover políticas públicas para a formação, produção, criação/ pesquisa, circulação e incorporação de bens culturais, buscando democratizar o acesso, descentralizar as ações, construir e revitalizar espaços de manifestação artística, de modo a difundir um conceito de cultura enquanto direito social, é o que deveria estimular ou co-mover gestores e dirigentes culturais.

Serão iniciativas que apontem para o desejo de permanência e a possibilidade de desenvolvimento de políticas públicas culturais que se vinculam umbilicalmente a tipos de ação coletiva. Os indivíduos que entendem esta maneira de atuar conseguem

redimensionar seus interesses particulares negociando-os dentro da dinâmica da coletividade.

Resultados comprovariam que as verdadeiras e efetivas políticas se constroem somente através de formas de cooperação, articulação, parceria e integração – mecanismos que indicam estratégias de sobrevivência.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABDALA JUNIOR, Benjamim (org.). (2004). Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo, Boitempo.

BARBOSA, Lúcia Machado; BARROS, Mario do Rosário Negreiros; BIZERRA, Maria da Conceição (orgs.). (2002). Ação Cultural: idéias e conceitos. Prefácio de Raul Lody. Recife: FJN, Editora Massangana.

BAUMAN, Zigmunt. (1999, 1991). Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (2003, 2001). Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BRANT, Leonardo. (2001). Mercado Cultural: investimento social, formatação e venda de projetos, gestão e patrocínio, política cultural. São Paulo: Escrituras Editora.

CANCLINI, Néstor García. (2006). Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais de globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2003). Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP.

COELHO, Teixeira. (1999). Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda.

\_\_\_\_\_. (2003). O que é indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense (Coleção Primeiros Passos; 8).

\_\_\_\_\_. (1986). Usos da Cultura: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DIJAN, Jean-Michel. (2005). *Politique Culturelle: la fin d'un mythe*. Paris: Éditions Gallimard. Collection Folio Actuel.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter (eds.). (2003). *Teoria cultural de A a Z. Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto.

FEIJÓ, Martin Cezar. (1985). *O que é política cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense.

KATZ, Helena. (2005). *A dança é o pensamento do corpo*. Belo Horizonte: FID Editorial.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. (2003). *Dos meios à mediação: comunicação, cultura e hegemonia*. Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RANCIÈRE, Jacques. (2005). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 2º Edição. Belo Horizonte: Autêntica.

SAID, W. Edward. (2003) (1ª. reimpressão 2007). *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.

SODRÉ, Muniz. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes.

VIRNO, Paolo. (2004). *A Grammar of the Multitude: for analysis of contemporary forms of life*. NY: Semiotext[e].